

DIÁLOGOS INTRODUTÓRIOS SOBRE A FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DE PROFESSORAS PRIMÁRIAS NO ALTO SERTÃO PARAIBANO (1970-1980)

DIÁLOGOS INTRODUCTORIOS SOBRE LA FORMACIÓN Y DESEMPEÑO DE LAS DOCENTES DE PRIMARIA EN EL ALTO SERTÃO PARAIBANO (1970-1980)

INTRODUCTORY DIALOGUES ON THE TRAINING AND PERFORMANCE OF PRIMARY TEACHERS IN THE ALTO SERTÃO PARAIBANO (1970-1980)



Rozilene Lopes de Sousa ALVES¹
e-mail: rozilene.lopes@professor.ufcg.edu.br



José Wanderley Alves de SOUSA²
e-mail: jose.wanderley@professor.ufcg.edu.br

Como referenciar este artigo:

ALVES, R. L. S.; SOUSA, J. W. A. Diálogos introdutórios sobre a formação e atuação de professoras primárias no Alto Sertão Paraibano (1970-1980). **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, n. 00, e023105, 2023. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v18i00.18678>



| **Submetido em:** 22/06/2023
| **Revisões requeridas em:** 10/08/2023
| **Aprovado em:** 05/10/2023
| **Publicado em:** 13/11/2023

Editor: Prof. Dr. José Luís Bizelli

Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Cajazeiras – PB – Brasil. Professora do Magistério Superior. Doutorado em Educação (UFS).

² Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Cajazeiras – PB – Brasil. Professor do Magistério Superior. Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa (UNESP-Car).

RESUMO: O presente artigo discute a história da profissão docente por meio de memórias de expressão oral de professoras que atuaram no ensino primário em escolas do Alto Sertão Paraibano. Delineia aspectos teóricos e históricos da formação de professores leigos no Brasil, com especial atenção para a segunda metade do Século XX. A metodologia do estudo é de caráter documental focada. O recorte histórico está circunscrito entre as décadas de 70 e 80 do século XX. Tal demarcação temporal justifica-se pela crescente criação e implantação de escolas públicas no Sertão paraibano no período citado. O corpus da pesquisa é constituído por professoras leigas que atuaram em escolas desta região geográfica entre os anos supracitados. O estudo busca contribuir para a compreensão de como se constituiu e consolidou-se a profissionalização docente das professoras colaboradoras, a partir da escuta, escrita e análise de suas histórias de vida.

PALAVRAS-CHAVE: História da Educação Brasileira. Profissionalização Docente. Professoras Leigas. Sertão Paraibano.

RESUMEN: *Este artículo discute la historia de la profesión docente, a través de memorias de expresión oral, de profesoras/docentes que actuaron en la enseñanza primaria, en escuelas del Alto Sertão Paraibano. Delinea aspectos teóricos e históricos de la formación de profesores legos en Brasil, con especial atención a la segunda mitad del siglo XX. La metodología del estudio se centra en los documentos. El corte histórico se circunscribe entre los años 70 y 80 del siglo XX. Tal demarcación temporal se justifica por la creciente creación e implantación de escuelas públicas en el Sertão de Paraíba en el período mencionado. El corpus de investigación está formado por profesoras legas que trabajaron en escuelas de esta región geográfica, entre los años mencionados. El estudio busca contribuir a la comprensión de cómo se constituyó y consolidó la profesionalización docente de los docentes colaboradores, a partir de la escucha, la escritura y el análisis de sus historias de vida.*

PALABRAS CLAVE: *Historia de la Educación Brasileña. Profesionalización Docente. Maestras Legas. Sertão Paraibano.*

ABSTRACT: *This article discusses the history of the teaching profession, through memories of oral expression, of teachers who worked in primary education, in schools in the Alto Sertão Paraibano. It delineates theoretical and historical aspects of the training of lay teachers in Brazil, with special attention to the second half of the 20th century. The methodology of the study is focused on documents. The historical cut is circumscribed between the 70s and 80s of the twentieth century. Such temporal demarcation is justified by the increasing creation and implantation of public schools in the Sertão of Paraíba in the mentioned period. The research corpus consists of lay teachers who worked in schools in this geographic region, between the aforementioned years. The study seeks to contribute to the understanding of how the teaching professionalization of collaborating teachers was constituted and consolidated, based on listening, writing and analysis of their life stories.*

KEYWORDS: *History of Brazilian Education. Teaching Professionalization. Lay Teachers. Sertão Paraíba.*

Introdução

A pesquisa histórica educacional brasileira, nas últimas décadas, tem se fortalecido significativamente, especialmente no tocante às abordagens teórico-metodológicas, pautada principalmente numa historiografia para além da abordagem positivista. Essa vertente investigativa centrava o seu foco na descrição de fatos políticos, a partir das análises de narrativas que realçavam especialmente as dimensões políticas da vida social, embaçando outras possibilidades de leitura e análise crítica do processo sócio-histórico que também se vincula às práticas educativas.

A virada pragmática das pesquisas em história da educação brasileira, no século XX, passou a tomar como uma de suas bases teórico-metodológicas os fundamentos da História Cultural, um movimento historiográfico que surgiu na França na primeira metade do século XX, que defendia que o tempo histórico se constitui em um somatório de fatos passível de análises sob abordagens de diferentes métodos e técnicas, dando ao pesquisador a possibilidade de recorrer a diferentes tipos de fontes.

Sob esta ótica, o objeto de estudo do presente trabalho é a compreensão de como se deu a formação inicial e continuada e a prática de professoras leigas que atuaram nas quatro primeiras séries do ensino de primeiro grau em escolas do Sertão Paraibano, entre as décadas de 70 e 80 do século XX. Insere-se na Linha de Pesquisa História da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. Inscreve-se, também, no contexto da história oral temática, uma vez que objetiva contribuir essencialmente para registrar fatos inscritos na memória, experiência e participação nos acontecimentos.

A questão norteadora para a presente pesquisa busca compreender: como se deu a formação inicial e continuada e a atuação de professoras leigas do ensino de primeiro grau de escolas do Sertão Paraibano entre as décadas de 70 e 80 do século XX?

Para o curso da investigação, como hipótese para responder à questão de investigação, a priori, entendemos que a formação de professoras leigas do Sertão Paraibano entre as décadas de 70 e 80 do século XX deu-se, principalmente, através do Projeto Logos II, e as condições de trabalho a que foram submetidas essas professoras refletiam os problemas vivenciados pela política educacional brasileira nesse período histórico, marcado por carências de toda ordem e, principalmente, à submissão aos ditames da Ditadura Civil-Militar.

Nesta perspectiva, o objetivo geral do trabalho é compreender, por meio de memórias de expressão oral, como se deu a formação e a prática de professoras leigas que atuaram nas quatro primeiras séries do ensino de primeiro grau em escolas do Sertão Paraibano, entre as

décadas de 70 e 80 do século XX. A demarcação deste recorte histórico-temporal justifica-se por se constituir num período de efervescência de criação e implantação de escolas públicas no Sertão paraibano e, por conseguinte, pela consolidação e busca maior da profissionalização docente.

Entendemos a relevância desta pesquisa pelas contribuições para a compreensão histórica da formação e práticas de docentes na educação paraibana e, por conseguinte, brasileira.

Formação de professores leigos: intersecções entre políticas públicas nacionais e realidades locais

O professor leigo sempre esteve presente na história da educação pública brasileira, uma vez que diversos cursos, programas e projetos foram criados para tentar erradicar o magistério leigo no país, ao longo da trajetória profissional desse professor não-diplomado, para que ele pudesse atender às exigências da legislação educacional em vigência. Por isso, a história da formação de professores no Brasil é um dos temas educacionais que perpassam os aspectos sócio-históricos, culturais e políticos como um dos eixos centrais para que se possa compreender questões nodais que permeiam a história da educação brasileira.

Apesar do termo “leigo” ser considerado, por vezes, pejorativo, com significado de estranhamento ou desconhecimento de uma função, atividade, profissão, esse era o termo utilizado pelo Estado, dirigentes educacionais, publicados em jornais, periódicos, inclusive empregado dentro da própria escola. Nesta direção, o termo leigo é tomado como:

[...] Quando se examina hoje a questão do professor ‘leigo’, está-se claramente sugerindo tratar-se de professores que desconhecem ou são ignorantes do trabalho que fazem e, mais significativamente, daqueles professores que não possuem a formação básica para lecionar um determinado nível ou série (BRASIL, 1990, p. 43).

É importante destacar que pela denominação “professor leigo” entendemos como professores não diplomados, profissionais que não possuíam a formação adequada mediante a legislação e a exigência do Estado para exercerem as suas atividades, tendo surgido, principalmente, para atuação em áreas em que havia a necessidade de docentes para atuação no Magistério, sem que, para tanto, houvesse a devida preparação e, por conseguinte, diplomação para o exercício da profissão.

A discussão sobre o problema do magistério leigo no processo da formação e profissionalização docente é tema que tem suscitado diversas pesquisas, pois corresponde a

uma parcela significativa da constituição da educação nacional. Nesse sentido, ao longo de todo o século XX, essa discussão esteve em voga, de forma mais acentuada, uma vez que: “O problema dos professores ‘leigos’, desde a década de 1920 foi objeto de preocupação dos ‘profissionais da educação’ e vai se colocar mais agudamente no final dos anos 1940 e, principalmente nos anos 1960” (BRASIL, 1990, p. 40).

No que se refere à preparação de professores, especialmente nesse período, o Decreto-Lei nº. 8.777/46, referente à Lei Orgânica do Ensino Normal, instituiu o Exame de Suficiência, que possibilitava ao professor leigo ser aceito, legalmente, pelo sistema educacional brasileiro, na forma de “professor autorizado”. Nessa direção, Rodrigues (1985, p. 45) destaca que os exames de suficiência deveriam ser realizados por professores leigos ou candidatos ao magistério através de Escolas Normais, Institutos de Educação e Faculdades de Filosofia, para efeito de comprovação de conhecimentos exigidos para a função e de autorização para que tais professores, a título precário, pudessem lecionar nas escolas primárias e secundárias.

A partir de 1960 a preocupação para, efetivamente, tentar resolver o problema do professor leigo no ensino se tornou mais concreta em todo o país, com o surgimento de políticas educacionais voltadas para essa questão. Neste período, foi criado o Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário (PAMP), em 1963, pelo governo federal, com a proposta de fornecer subsídios para cursos de metodologias de ensino voltados para a habilitação de professores leigos, a nível pedagógico, desenvolvidos, diretamente, no período de férias e, indiretamente, durante o período letivo, o que oportunizou maiores investimentos para a formação de professores leigos no Brasil.

Estudos apontam que o número de professores leigos ou professores não diplomados no Brasil, no ano de 1964, era de um contingente de 127.879 de professores, representando mais de 44% do total de corpo docente em regência de classe do ensino primário. De acordo com a Lei 4.024/61: “Dos 44% de professores leigos, 71,60% tinham apenas curso primário (completo ou incompleto); 13,7%, ginásial (completo ou incompleto); 14,6%, curso colegial (completo ou incompleto)” (TANURI, 2000, p. 77). Assim, a maioria desses professores atuava no então ensino primário com apenas a mesma formação (o próprio ensino primário).

Tais discussões revelam que situações que envolveram o magistério leigo eram precárias e exigiam esforço dos professores, em especial, das professoras, que tinham como responsabilidade, além da atuação na docência, outras funções, como a gestão, administração e política escolar, com todo o trabalho organizacional, funcional, administrativo e pedagógico da instituição, isso sem falar na dupla ou tripla jornada de trabalho que acumulavam no lar, na

escola e ainda em outras atividades laborais. Outro aspecto importante se refere aos baixos salários, uma vez que a categoria dos professores, mesmo entre os diplomados, já recebia vencimentos insatisfatórios e, quando se tratava do professor leigo, a sua situação salarial era ainda mais precária, com salários mais baixos.

Apesar da Lei 5.692/71 ter suscitado uma significativa discussão em torno da problemática do grande número de professores leigos existentes no país, especialmente, na zona rural, atuando sob precárias condições de trabalho e de vida, a mesma Lei contribuiu para referendar a concepção de professor leigo contida na Lei 4.024/61. Além disso, pode-se perceber que tanto a Lei 4.024/61 quanto a 5.692/71 realçavam uma visão urbana de escola, quando previam exames de suficiência para indivíduos não habilitados exercerem a profissão (RODRIGUES, 1985, p. 39).

Nessa perspectiva, apesar dos movimentos em favor da qualificação docente e do desenvolvimento de projetos para a capacitação de professores leigos, o problema ainda perdurava nos anos de 1980. Neste sentido, os inúmeros projetos implantados pelo Governo Federal nas zonas rurais, na época, embora aparentassem ter um objetivo social explícito em nível de discurso, na maioria das vezes, na prática, orientavam-se por objetivos políticos implícitos (RODRIGUES, 1985).

Na Paraíba, no início da década dos anos 70, com o objetivo de implantar escolas para atender essas especificidades, buscou-se a implantação dos Cursos Normais Regionais. Nesse período, a Paraíba contava com oito cursos normais regionais, além de um Instituto de Educação e sete Escolas Normais.

Entre as décadas de 1970 a 1990, é fundamental destacar a importância do Projeto Logos II, criado em 1975 pelo Governo Federal, através do Ministério da Educação e Cultura (MEC), cujo objetivo maior era formar professores leigos que atuavam em sala de aula nas quatro primeiras séries do 1º Grau. Esse programa habilitava legalmente em nível de segundo grau e magistério, num sistema de ensino modular à distância, que se pautava no modelo do Ensino Supletivo, sob a responsabilidade do Centro de Ensino Técnico de Brasília (CETEB).

Para melhor entendermos a dimensão do Projeto LOGOS II, no contexto da formação de professores leigos, no Brasil, cabe assinalar o que destaca Andrade (1995, p. 19), evidenciando que, em 1972, no Brasil, cerca de 200 mil professores leigos atuavam em turmas das quatro primeiras séries do primeiro grau. Na Paraíba, especificamente, três mil e trezentos e trinta e quatro professores eram titulados, e sete mil, quinhentos e vinte e cinco eram leigos.

Nesse contexto, o Projeto Logos II foi implantado em diversos estados da federação, inicialmente no Piauí, Paraíba e Rondônia (então Território Federal) e, a posteriori, em outros estados, dentre eles, a Paraíba. O Projeto LOGOS II ficou sob a responsabilidade do Governo Federal até 1981. De 1979 a 1981, o LOGOS II fez parte da Subsecretaria de Ensino Supletivo do Ministério da Educação. A partir de 1982, passou a ser de responsabilidade das Secretarias de Educação dos Estados onde foi implantado.

Cabe destacar que a instalação do LOGOS II nos estados do Norte e Nordeste se deu, sobretudo, pelo alto índice de analfabetismo existente nessas regiões, além das precárias condições de ensino. Partindo-se do pressuposto que o Projeto LOGOS II foi criado para habilitar o grande contingente de professores leigos, tinha também a atribuição de aprimorar o LOGOS I e atender o que preceituava a Lei 5.692/71, cujo objetivo buscava a expansão do ensino e a diminuição da evasão escolar que era decorrente, em partes, da falta de qualificação do professor e da falta de condições das escolas.

É importante também realçar que se o Projeto Logos II tinha como proposta o estudo personalizado e individualizado, como tinha uma abrangência nacional, acabava por dificultar para as equipes a elaboração de material capaz de atender às especificidades requeridas. Um dos principais problemas evidenciados pelo programa consistia na falta de vinculação do curso à problemática vivenciada pelo professor que atuava na zona rural e nos pequenos centros urbanos, uma vez que não contribuía para tornar o cursista do Logos II “mais consciente do seu papel de agente de transformação social” (GONDIM, 1982, p. 171).

O percurso metodológico trilhado

O aporte teórico adotado para este trabalho tem como fundamentos os estudos sobre História e Memória, pautados, principalmente, nos estudos de Burke (1992), Le Goff (1998), Bosi (1994). Delineia aspectos históricos sobre a formação de professores no Brasil, com base em Guiraldelli Júnior (2006), Saviani (2009), Tanuri (2000), dentre outros estudos. Aborda a formação e atuação de professores no estado da Paraíba, a partir do embasamento de Andrade (1995), Araújo (2010), Gouveia (2019), Pinheiro (2002).

A base metodológica para a coleta e análise dos dados fundamenta-se, principalmente, na perspectiva da Pesquisa Narrativa, especialmente sob a ótica de Clandinin e Connelly (2011, p. 20), que definem pesquisa narrativa como “[...] uma forma de entender a experiência”, num processo colaborativo entre pesquisador e pesquisado. Comumente, tal modalidade de pesquisa consiste na coleta de histórias sobre determinado tema, a fim de que o pesquisador colha

informações para entender determinado fenômeno. Assim, as histórias podem ser obtidas por meio de vários métodos: entrevistas, diários, autobiografias, gravação de narrativas orais, narrativas escritas, e notas de campo.

A fonte principal para a coleta de dados para o estudo aqui apresentado é a narrativa oral, por meio de entrevistas gravadas com os sujeitos da pesquisa e transcritas *a posteriori* para as devidas análises, ou seja, a produção da fonte através da textualização do oral para o escrito. Porém, a entrevista não é a única fonte, outras também são utilizadas como formas de ampliar o olhar, entrecruzando-se com as narrativas dos sujeitos no intuito de contextualizar os discursos, a exemplo de documentos oficiais e de acervos particulares, tais como fotografias e materiais de trabalho.

Aqui denominamos os sujeitos da pesquisa como *professoras colaboradoras*, reiterando o que afirmam Meihy e Holanda (2007, p. 20-21) ao definirem que: “O entrevistador e o entrevistado, na situação da entrevista, devem se reconhecer *colaboradores*. Porque a participação é espontânea, as duas partes devem manter uma possibilidade confortável para o estabelecimento da entrevista”. (grifo dos autores)

Nessa direção, a história oral temática (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020) é tomada como o principal recurso metodológico para a escuta e escrita das histórias das professoras colaboradoras. Este tipo de abordagem tem sido adotado como expressivo recurso no campo da Nova História, porque permite a reconstrução de experiências passadas de grupos sociais excluídos, dando possibilidade de registro, oficial ou não, de suas ações e vidas. A história oral apresenta-se, pois, como a possibilidade de cobrir as lacunas deixadas pela história tradicional, apresentando o estudo de sujeitos e de fatos históricos que não eram considerados importantes. O objetivo não é escrever outro tipo de história, diferente daquela que utiliza fontes escritas, mas escrever uma história mais ampla e completa. Isto porque:

[...] as fontes orais não são uma alternativa às fontes escritas; são outro tipo de fonte, não apenas necessárias, mas imprescindível para se fazer história, atribuindo às fontes orais, importante papel na busca pelas histórias silenciadas e marginalizada, além de possibilitar a compreensão de situações que não foram estudadas suficientemente ao longo da história (ALCÀZAR I GARRIDO, 1992, p. 36).

A presente investigação assume, por essas trilhas, a perspectiva de pesquisa documental porque se vale, especialmente, de memórias de expressão oral de professoras, coletadas junto às colaboradoras, por meio de entrevistas gravadas e, posteriormente, transcritas e analisadas. Defendemos, pela adoção desse viés metodológico, que a compreensão da prática e atuação

docente, feita a partir das memórias de expressão oral de professoras, permite o entrecruzamento de fatos passados e presentes. Enxergamos nessas memórias a possibilidade de (re)escrita da história de formação profissional, possibilitando a análise, compreensão e interpretação de realidades vividas e compartilhadas socialmente, a partir do exercício da docência.

Constituíram-se, também, como documentos indispensáveis para a presente pesquisa, os acervos das escolas nas quais se formaram e atuaram as professoras colaboradoras, tais como documentos normalizadores de criação, estruturação e funcionamento das escolas em questão, atas, livros de matrícula, anuários, programas de disciplinas, diários pessoais, fotografias, dentre outros. Destes acervos, aqui apresentamos, principalmente, as entrevistas inicialmente gravadas e, *a posteriori*, transcritas e analisadas, fotografias, ilustração de materiais de formação.

Para melhor delineamento das bases conceituais e metodológicas do presente trabalho foram realizadas pesquisas junto aos Bancos de Teses e Dissertações dos Programas de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB-PPGE) e Universidade Federal de Sergipe (UFS-PPGED). Foram levantadas dissertações e teses que abordam a história da profissão docente inscrita nas trajetórias de formação e prática de professores entre as décadas de 70 e 80 do século XX, sendo que destes, cinco abordam, diretamente, memórias de professoras leigas. Tais estudos dialogam com a temática que se aproximam ao objeto de investigação que delineamos para a construção do presente trabalho, por utilizarem conceitos-chave semelhantes para a compreensão do objeto de estudo aqui proposto.

Para sistematização dos dados coletados junto aos referidos trabalhos, elegemos os seguintes critérios: busca nos bancos de dados por meio do jogo de descritores – história da profissão docente; trajetória de professores; formação de professores; história e memória da profissão docente, tabulação dos trabalhos selecionados, apresentação do tema, ano de defesa, autor e natureza do trabalho (Dissertação ou Tese); A partir da seleção dos trabalhos, procedemos à organização das produções, descartando as que não interessavam.

A partir da temática estudada, foram selecionados como universo de busca os trabalhos que evidenciavam, em sua nomenclatura, uma aproximação com o objeto de estudo: história da profissão docente e trajetória de professores. Foi realizada a leitura dos resumos dos trabalhos inscritos e catalogados que, apesar de todos não tratarem especificamente do tema, apresentam, em certa medida, aspectos que se assemelham com a presente investigação, seja pelo foco em trajetórias e memórias da formação e prática docente, seja pelo referencial teórico assumido.

Feito este levantamento de trabalhos já produzidos sobre a temática em questão, referendamos como *locus* específico para o desenvolvimento da presente da pesquisa as instituições escolares de formação para o magistério de primeiro grau localizadas no Sertão paraibano, além das escolas de atuação das professoras colaboradoras da presente pesquisa.

Justificamos a demarcação do recorte histórico-temporal, compreendido entre as décadas de 70 e 80 do século XX, por se constituir num período de efervescência de criação e implantação de escolas públicas no Sertão paraibano e, por conseguinte, pela consolidação e busca da profissionalização docente, uma vez que a formação de professores no Brasil se mostrava incômoda, devido às mudanças na legislação educacional e aos índices elevados do magistério leigo

O conjunto de docentes colaboradoras delimitado para a coleta de dados foi constituído tendo como critério principal o exercício da docência, em escolas localizadas no Sertão paraibano, entre as décadas de 70 e 80 do século XX. A priori, a amostra ficou definida conforme breve apresentação a seguir:

- **Professora Judite Lourenço de Araújo (JLA)** - nasceu em São João do Rio do Peixe (antiga Antenor Navarro), em 20 de outubro de 1928. Coursou o Ensino Primário na mesma cidade. Iniciou a carreira de magistério em Cajazeiras, em 1943, quando fazia a Admissão (estudos de transição entre o Primário e o Ginásio). Começou a trabalhar em São José da Lagoa Tapada em 27 de janeiro de 1956, na zona urbana do município. Em 1962, passou a trabalhar no Sítio Lagoa Comprida, permanecendo até a sua aposentadoria, em 1978.

- **Professora Denizia Gomes de Sá (DGS)** - nasceu em São José da Lagoa Tapada, no dia 15 de março de 1948. Coursou o Ensino Primário e o Ginásio na cidade de Sousa - PB. Em 1969 ingressou na rede estadual de ensino da Paraíba como professora primária, ofício que exerceu até 1993, quando solicitou aposentadoria. Durante o exercício da docência cursou e concluiu o ensino de 2º Grau, via supletivo, através do Projeto LOGOS II, obtendo o título de professora do ensino de primeiro grau. Das professoras colaboradoras desta pesquisa, foi a única que concluiu um curso de nível superior: Licenciatura em Geografia, junto ao Centro de Formação de Professores da Universidade Federal da Paraíba – Campus de Cajazeiras. Durante toda essa trajetória de docência exerceu as suas atividades no Grupo Escolar Genésio Araújo, na cidade de São José da Lagoa Tapada-PB.

- **Professora Maria das Dores Araújo (MDA)** - nasceu em São José da Lagoa Tapada, no dia 15 de outubro de 1949. Estudou o Ensino Primário em São José da Lagoa Tapada e o Ginásial integrado ao Técnico em Contabilidade na cidade de Coremas – PB. Concluiu, ainda, o Projeto LOGOS II, obtendo o título de professora do ensino de primeiro grau. Foi professora das séries iniciais do primeiro grau junto ao Grupo Escolar Genésio Araújo, de 1982 a 2007, quando se aposentou.

- **Professora Francisca Alexandrino de Sousa (FAS)** - nasceu em São José da Lagoa Tapada, no dia 26 de agosto de 1939. Ingressou no Magistério aos 23 anos, com a formação no quinto ano ginásial. Após 13 anos de exercício como professora leiga, concluiu o ensino de 2º Grau, via supletivo, através do Projeto LOGOS II, sendo habilitada para o exercício do Magistério. Foi professora de ensino primário da rede estadual de ensino junto ao Grupo Escolar da Várzea dos Martins, zona rural de São José da Lagoa Tapada.

Com a definição das colaboradoras da pesquisa, em março de 2022 iniciamos a trilha investigativa, e optamos por realizar as entrevistas com professoras leigas. O Sertão da Paraíba foi definido como espaço geográfico que serviu para a escuta dessas professoras. Adotando a metodologia da História Oral, realizamos as entrevistas com as colaboradoras entre setembro de 2022 e janeiro de 2023 nas residências das entrevistadas.

Foram entrevistadas as quatro professoras acima apresentadas: Professoras Judite Lourenço de Araújo, Denízia Gomes de Sá, Maria das Dores Araújo e Francisca Alexandrino de Sousa. Vale ressaltar que a escolha específica pelas colaboradoras, acima elencadas, deu-se pelo conhecimento da pesquisadora de que estas professoras se formaram e exerceram a docência nas escolas citadas e pelo aceite ao convite inicial para que estas colaborassem no desenvolvimento da pesquisa que aqui apresentamos.

É importante destacar que o número de quatro colaboradoras foi definido tomando como base as condições para transcrição e análises das entrevistas gravadas, transcritas e, *a posteriori*, analisadas para a compreensão do objeto de estudo da pesquisa em tela: a trajetória da formação e atuação das professoras do ensino de primeiro grau, a fim de compreender os aspectos da profissão e da profissionalidade docentes, a partir da compreensão da trajetória profissional de professoras do Sertão paraibano e de suas atuações no ensino de primeiro grau, no período compreendido entre os anos 70 e 80 do século XX.

Assim, para a condução das entrevistas com as professoras colaboradoras foi utilizada uma “pergunta de corte”, a fim de marcar nas narrativas de todas as colaboradoras “[...] os motivos, os contextos, as razões e as circunstâncias” que marcaram a formação e o exercício na docência no período e *locus* investigado (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 47). Nesta perspectiva, norteamos as nossas entrevistas pela seguinte “pergunta de corte” às colaboradoras: Como se deu a sua formação e atuação como professoras no Sertão da Paraíba entre as décadas de 70 e 80?

Nesta direção, três momentos foram utilizados para a condução da entrevista e, por conseguinte, coleta de dados: a “pré-entrevista”, como condição preparatória para a gravação, que consistirá no contato e seleção das colaboradoras e seleção e testagem de materiais a serem utilizados para a coleta de dados. Para tanto, inicialmente, foram apresentados, de forma simplificada, as intenções, os objetivos e os procedimentos de condução da pesquisa, permitindo às colaboradoras decidirem ou não pela participação na pesquisa.

A “pós-entrevista” constitui-se pelos procedimentos de materialização, conferência dos textos gravados com as colaboradoras, e a devida autorização para utilização e publicação dos dados por meio da “carta de cessão” de direitos autorais, conforme termos expresso no projeto submetido e aprovado pelo Comitê de Ética do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, vinculado à Plataforma Brasil³. Somente após a constituição do *corpus* documental foram desenvolvidas as análises das entrevistas realizadas.

As narrativas foram cruzadas com outros documentos oficiais, tais como: normas, cadernos e fotografias, buscando estabelecer conexões entre o lembrado/vivido e o guardado/documentado, além de arquivos pessoais, de fotografias que abrigam a memória da formação e atuação docente no período estudado.

As entrevistas gravadas e transcritas se constituíram como base documental para a compreensão da trajetória profissional das professoras colaboradoras, seus processos formativos ao longo do exercício da profissão e as relações que estas estabeleciam com as comunidades em que trabalharam; os conhecimentos construídos na relação com o fazer cotidiano, as estratégias elaboradas para superar as dificuldades e o papel que elas desempenharam no processo de escolarização da população desses municípios, no período abordado. A análise bibliográfica e documental relevante para a efetivação do trabalho também foi parte integrante da metodologia.

Após as transcrições das entrevistas, foi realizado o tratamento de textualização fonte

³ Parecer CPE-CPE-UFCG 6.035.150, de 22 de agosto de 2022.

oral para a escrita para que, assim, pudéssemos ter esse documento para análise. Já devidamente transcritos, num terceiro encontro, em março de 2023, os textos foram apresentados às colaboradoras para a aprovação e assinatura das cartas de cessões de direitos para uso das informações para a presente pesquisa.

Em linhas gerais, todas as professoras que foram entrevistadas enxergam o seu papel frente à Educação nos espaços em que atuaram e entendem que as suas falas servirão para contribuir e perpetuar a história da profissão docente da qual fazem parte. Neste sentido, no contexto deste trabalho, escolhemos a História Oral Temática, uma vez que esta modalidade é a que mais se aproxima das expectativas acadêmicas que fundem História Oral com documentação convencional. Ou seja, o caráter documental é decorrente das entrevistas, que se constituem como o fio condutor deste tipo de abordagem.

O percurso metodológico delineado possibilitou-nos compreender que a pesquisa acadêmica, para nós, especialmente no campo da História da Educação, exige cuidados e cautela no tratamento das fontes. Sabe-se que muito já foi ampliado em relação ao que pode ser utilizado como fonte para análise de um estudo historiográfico.

Entendemos, portanto, que o estudo da carreira docente favorece o entendimento de como se deu o percurso de formação e atuação profissional de professoras das quatro primeiras séries do primeiro grau de escolas do Sertão paraibano. É possível, sobretudo, compreender que as histórias vivenciadas na educação local pelas colaboradoras podem ser entrecruzadas com a história educacional brasileira e permitem refletir sobre a estruturação do campo educacional brasileiro, ao longo da sua história.

Desse modo, foi possível analisarmos o processo de escolarização das professoras, e fazer um cruzamento das narrativas, numa perspectiva diacrônica, com história da educação e da expansão da escola primária no Brasil, mas também sincrônica, buscando compreender aquele momento específico vivido por elas naquele lugar. Ou seja, quando elas falam da escola, da professora, das condições em que estudaram, o que isso representa para elas em suas lembranças? Esses relatos sobre o passado não são mais o passado em si, mas uma reconstrução da memória em que há uma seleção do que veio à tona, um esquecimento necessário, pois lembrar o passado para um outro significa fazer escolhas pensando no que esse outro deseja ou pode ouvir, partilhar dessas lembranças.

Entre histórias e memórias, os sentidos do “ser professora”

A História da Educação vive nas memórias das professoras que, cotidianamente, envolvem-se com alegrias, conquistas, dificuldades, anseios da profissão, quando no enfrentamento dos desafios em suas práticas pedagógicas, para a qual, muitas vezes, não estão preparadas. Por tudo isso, é fundamental nos aproximarmos e escutarmos o que eles têm a nos contar, conforme ilustra Freitas (2000, p. 12):

Assim, ao contarem suas histórias, um novo sentido vamos descobrindo nas ruas, nos edifícios, nas grades das janelas, nas fachadas das escolas [...]. Estas vozes se multiplicam a partir das vozes das narradoras que vão encontrando em suas recordações, outras pessoas que transitaram nesses cenários, conferindo-lhes novos significados.

O recorte analítico aqui apresentado referenda para nós o privilégio da escuta e escrita do sensível, que balizou a profissão escolhida pelas narradoras, que foi e é algo de grande destaque em suas vidas. Elas assumem, na essência, serem MULHERES E PROFESSORAS, ou seja, a profissão as caracteriza fortemente como símbolo de empoderamento feminino.

O início profissional é caracterizado pelas professoras narradoras como um momento em que lhes foi oferecida a “oportunidade” e a conquista através de seus esforços de exercerem a docência. A escolha pelo Magistério significou para elas o início de uma tão desejada profissão, além da conquista da independência financeira.

Conforme Assunção (1996, p. 14), quando o “discurso de vocação” se apresenta como absoluto, os outros se calam, pois ele é conclusivo, traz a ideia de algo inato, de uma força interna que orienta as pessoas para determinada profissão. No entanto, o que se percebe no relato das professoras colaboradoras deste estudo é que o “querer ser professora”, se num primeiro momento se apresenta como como vocação, *a posteriori*, se amplia, como “um querer” influenciado por questões externas, por decisões próprias que contrariam outros “projetos de vida” que foram pensados para elas pela família, principalmente. Neste caso, a decisão pelo trabalho docente se caracteriza como vocação, mas ultrapassa essa concepção, como nos afirmam as professoras colaboradoras

O Major Jacó era chefe político de Antenor e prometeu a papai de arranjar um negócio pra mim [...]. Ai ele prometeu arranjar um negócio pra mim. É tanto que quando ele fez isso eu ainda não tinha idade, aí eles aumentaram (JUDITE LOURENÇO DE ARAUJO, 2022).

Quando voltei para São José com o Ginásio, estava havendo uma seleção, no Centro de Treinamento para Professores em Sousa. Era uma preparação para professores leigos. Meu pai conseguiu uma vaga para mim, em 1965, com os

políticos da região [...]. Quando terminamos, a minha turma de NOVENTA E SEIS ALUNAS, em 1969, convidamos o governador da Paraíba, João Agripino, para ser padrinho da turma [...] e no discurso ele disse que a professora que tivesse terminado o curso podia procurá-lo que ele nomearia para ensinar no Estado [...]. Minha nomeação foi oficializada em 20 de novembro de 1969, por indicação, para trabalhar no Grupo Genésio Araújo, aqui em São José, que estava abrindo [...]. Foi muito importante essa nomeação, porque eu começava a ganhar o meu próprio dinheiro (DENIZIA GOMES DE SA, 2022).

Eu sempre quis ser professora. Eu acho que quando a gente nasce, a gente já nasce com aquele é como é que eu posso dizer [...] com vocação, porque era muito difícil o estudo para mim, porque eu morava num sítio, muito longe daqui de São José, mesmo assim tinha a intenção de ser professora (MARIA DAS DORES ARAUJO, 2023).

EU QUERIA MUITO SER PROFESSORA PORQUE TINHA VONTADE DE ESTUDAR, eu estava estudando nem sabia pra que, o que é que eu queria ser, aí depois escolhi, que era ensinar pra ser respeitada na cidade (FRANCISCA ALEXANDRINO DE SOUSA, 2023).

As histórias de vida analisadas permitem perceber uma diversidade de motivos que levaram as narradoras à escolha pela profissão docente. Se nas narrativas analisadas, as professoras assumem a docência como “vocação”, percebemos que esta escolha profissional sofreu influências externas que motivaram o sentimento de “querer” desempenhar a profissão docente, como: boa experiência escolar na infância, influência familiar, a indicação por políticos influentes na época, além da representação social da profissão docente, ou seja, status social.

Os motivos que levam ao desempenho da profissão docente variam, conforme esclarece Gonçalves (1992, p. 162):

Os estudos demonstraram que são múltiplas as razões pelas quais se escolhe o ensino como profissão, concorrendo nessa decisão fatores de ordem material e de ordem estritamente profissional. Ambos os aspectos estão sempre presentes na escolha da carreira, sendo a predominância de uns sobre outros frutos de condições individuais e circunstanciais.

Percebe-se pelas narrativas das professoras colaboradoras, ao mesmo tempo em que demonstraram o desejo em desempenhar a profissão docente desde cedo, também deixam transparecer os motivos que as influenciaram a “sonhar em ser professora”. Gonçalves (1992), ao abordar o assunto a partir do estudo realizado com 32 professoras primárias através de entrevistas, faz a seguinte constatação:

As professoras cuja “vocação” as terá levado a optar pela carreira no ensino primário afirmaram que na sua decisão de escolha pesaram o “sempre ter

sonhado ser professora”, “gostar da profissão” e “gostar de trabalhar com crianças”. Como facilmente se constata, são razões subjetivas que determinam a escolha profissional, correspondendo a um determinado imaginário pessoal e social, que poderá ter induzido a esta profissão, mais do que uma motivação intrínseca. As restantes seguiram a carreira docente no ensino primário, fundamentalmente, por “inexistência de outras alternativas” profissionais, ou por “razões de natureza econômica” (GONÇALVES, 1992, p. 163).

Observa-se, assim, uma aproximação do estudo do autor com as entrevistas analisadas no que se refere aos motivos que influenciaram para estas quatro professoras desajassem a profissão docente, pois os discursos vão da “vocação” ao “sonho fomentado”, expressando-se ora de modo explícito, ora implicitamente, através de suas narrativas.

As colaboradoras do presente estudo também referendam que a profissão docente, principalmente para as mulheres, abriu a perspectiva de uma atividade remunerada que possibilitava a independência financeira. Assim, em alguns casos, a carreira docente tornou-se, para quem morava na zona rural, a possibilidade de seguir outro caminho que não fosse o trabalho agrícola. Para quem residia na zona urbana, entrar no mercado de trabalho também não era tarefa fácil.   o que revelam as narrativas analisadas:

Quando ensinei no MOBRAL, o dinheiro não dava pra nada, são dava pra comprar sardinha, comprava e levava pra casa (risos). Os professores não eram valorizados. Ai Z  Alm r disse que depois me dava uma coisa melhor e me tirou de ensinar (/). São d o valor ao povo de fora, e nunca nem deram emprego de nada (JUDITE LOURENÇO DE ARAUJO, 2022).

Minha nomea o foi oficializada em 20 de novembro de 1969, por indica o, para trabalhar no Grupo Genésio Araujo, aqui em São José, que estava abrindo. Foi muito importante essa nomea o, porque eu começava a ganhar o meu próprio dinheiro, porque pai e mãe não estudaram e ele, principalmente, MEU PAI, dava condi es para que eu estudasse, mesmo estudando na casa dos primos (+) (DENIZIA GOMES DE S , 2022).

Antes de ser contratada no Governo passei um ano sendo voluntária, convocada por Maria Marques e ela me gratificava para ajudar no trabalho, fazia uma cota e me gratificava para ajudar com os alunos. Ai Seu José Alm r falou com o Deputado (+) AQUELE BAIXINHO, Soares Madruga (MARIA DAS DORES ARAUJO, 2023).

Eu gostei muito do dinheiro, de ser professora, mas eu gostei mais do dinheiro (risos), dava pra viver, servia pra sobreviver eu gostei de ser professora também, mas eu gostava mais do dinheiro que eu tão sobrevivendo até hoje. E naquele tempo para a mulher conquistar um emprego era difícil, eu cheguei antes de Judite (FRANCISCA ALEXANDRINO DE SOUSA, 2023).

Sendo assim, ingressar em uma profissão sem a necessidade de um preparo prévio, ou seja, sem forma o específica, e que ainda oferecia certo prestígio social, tornava-se uma boa

opção profissional. Como considera Alencar (1993, p. 187), ao referir-se especificamente às professoras leigas:

Objetivamente, uma jovem ou dona de casa se candidata ao cargo de professora para satisfazer, fundamentalmente, uma dupla necessidade: uma de natureza econômica, consciente, individual; outra de caráter social, coletiva, culturalmente sentida embora não explicada. Profissionalmente desqualificada, aceita passivamente as condições que lhe são propostas e impostas.

No que se refere à feminização do Magistério, Almeida (1998), ao discutir tal questão, observa que entre o final do século XIX e no século XX houve um ingresso significativo de mulheres no magistério, justificado, inicialmente, pelo aumento quantitativo do campo educacional. O discurso ideológico que se seguiu a essa feminização do magistério constituiu-se no fato da docência estar ligada às ideias de domesticidade e maternidade. Assim, cuidar de crianças e educar era missão feminina, por isso o magistério revelava-se um lugar feminino por excelência. A autora ainda afirma que:

Os atributos de casamento, domesticidade e maternidade continuaram sendo um aval para o exercício do magistério pelas mulheres através da visão masculina (e também algumas femininas), vindas de setores sociais, políticos e oficiais que ditavam as normatizações vigentes no período. A concepção de maternidade e a ênfase em ser da natureza feminina cuidar de crianças permitiu indiretamente o trânsito das mulheres do espaço doméstico para o público (ALMEIDA, 1998, p. 118).

Pelo desenho da Lei, mãe e professora deveriam instruir na formação dos valores morais: o papel de mãe permitia-lhe desenvolver a maternidade cívica, uma função pública exercida nos lares. Já o espaço escolar deveria se constituir espaço de trabalho assalariado fora de casa. Pensando por esse viés, Almeida (1998, p. 62) destaca que:

Entende-se, que o exercício do magistério, representava um prolongamento das funções maternas e instruir e educar crianças era considerado aceitável para as mulheres: à época o trabalho mais atraente à mulher da classe média letrada (...) ser professora na opinião de grande parte da sociedade (...) era a profissão ideal (...).

A profissão do magistério se torna, a partir de então, como dever, sacerdócio, e a mulher educadora, como escultora do caráter, já que, em tese, é próprio da alma feminina a paciência, o carinho, o sentimento. Segundo Louro (2007), ao analisar essas representações, não se está apenas analisando indicações de uma posição feminina, mas se está diretamente observando um processo social por meio do qual uma dada posição é produzida. A profissão do magistério

sendo, portanto, feminizada, servia para doutrinar o caráter das crianças nos anos iniciais, conforme atestam as narradoras:

Ninguém sabia ler nem escrever, nem rezar. Menino com 16 anos que não sabia fazer o sinal da cruz (+). Ai também era descuido dos pais (JUDITE LOURENÇO DE ARAUJO, 2022).

O aluno era bom, se interessava, não tinha essa moleza. Era um ensino rígido, tinha que fazer a lição, ou ia de castigo. E a relação entre alunos era ótima, os pais participavam não tinha essas reuniões como hoje, mas sempre que eles nos encontravam na rua perguntavam pelo filho, o comportamento. Se o filho brigava, mandava a gente punir. O pai que não tomasse conta do filho briguento, no ano seguinte, a escola não aceitava mais. E aí ficava sem escola (DENIZIA GOMES DE SÁ, 2022).

Naquele tempo as salas eram enormes e os alunos eram respeitadores. A família deles também tinha respeito pelo professor [...]. E ali a gente focava muito naquele aluno se ele tivesse com dificuldade nessa parte [...]. Esse estímulo de descobrir o interesse da criança vai da parte do professor. Nem todo professor se preocupava em observar o interesse do aluno. Era muito de cada professor, não era todo professor que tinha essa atenção ao aluno [...] eu (+) eu sei não, eu acho que eu fiz meu papel (MÁRIA DAS DORES ARAUJO, 2023).

Eles com vontade de estudar, eu acompanhava a vida dos alunos dentro e fora da sala de aula, tinha ordem, minha filha (+) O Grupo da Várzea dos Martins eu fazia tudo, cozinava, limpava, por isso que eu conhecia tudinho. E sabia quando eles avançavam, sabia quando riscava a parede e colocava pra apagar. O aluno era formado pra ter uma carreira, ele decidia [...]. É, lá na frente, que carreira queria seguir (FRANCISCA ALEXANDRINO DE SOUSA, 2023).

Assim, ser professora consagrou-se, como dito pelas narradoras, através das décadas, na possibilidade de exercício profissional vinculado à missão das mulheres enquanto educadoras. Desta forma, a mulher profissionalizava-se sem se afastar da sua vocação maternal.

É fundamental destacar, ainda, que o ingresso no magistério primário, conforme narrado pelas professoras colaboradoras deste estudo, é lembrado com grande entusiasmo e orgulho. O início profissional foi marcado pelo fato de não terem formação pedagógica, mas também, por questões relacionadas ao “ser mulher”. De maneira geral, estas professoras buscaram na carreira docente a concretização da “missão maternal”, aliada à possibilidade de profissionalizarem-se. Sob esta ótica, corroboramos com o que Almeida (1998, p. 94) declara:

Os depoimentos das professoras permitiram recuperar fragmentos de sua história e da história da sua profissão que não esgotam o muito que ainda se tem a contar sobre elas e por elas. Essa memória mostrou mulheres empenhadas em realizar um trabalho no qual gostar de crianças, amor pela profissão, vocação, qualidades apregoadas pelo discurso social e pelo poder

público, não se desvinculavam da competência necessária para o seu desempenho. A recuperação das suas lembranças significou desvendar vidas femininas do passado e de toda uma categoria profissional.

As narrativas das professoras tomadas como matéria-prima para a condução desta nossa pesquisa demonstram que elas criaram, no cotidiano de suas práticas, novas formas de registrar e compreender os seus alunos, ressignificar desempenho. Revestidas de afetividade e do “poder de autoridade” que concebiam ter, para além do reducionismo das exigências oficiais exacerbadas, viam nos seus alunos aqueles que buscavam o saber através de suas práticas docentes, uma existência própria, como as quais conviveram, e aprenderam, também, nos mais diferentes contextos cotidianos que vivenciaram. Elas não agiam apenas como repetidoras dos métodos e técnicas de ensino vigentes na época em que exerceram o magistério, mas criaram e recriaram formas de ser e estar no espaço escolar, apesar das tantas limitações e dificuldades enfrentadas.

Essa dimensão da docência inscrita nas memórias das professoras colaboradoras permite que enxerguemos que as experiências compartilhadas por elas movimentam as relações humanas como matéria-prima para as transformações sociais, políticas, econômicas e culturais, a partir dos contextos e práticas educacionais. Essas experiências partilhadas permitem que entendamos que as relações estabelecidas pelas professoras, a partir da docência, com alunos e comunidade em geral, movimentam a práxis cotidiana entre sujeitos rumo às transformações indispensáveis ao asseguramento da cidadania.

Conclusão

A compreensão da prática docente feita a partir das memórias de expressão oral de professoras, como a que aqui por recorte apresentamos, permite o entrecruzamento de fatos passados e presentes. Enxergamos nessas memórias, portanto, a possibilidade de (re)escrita da história de formação profissional, possibilitando a análise, compreensão e interpretação de realidades vividas e compartilhadas socialmente, especialmente pelo exercício da docência.

Essas memórias não derivam de histórias isoladas, posto que são relatos singulares, em que o sujeito é concebido como uma figura histórico-discursiva produzida pelos arquivos que derivam da/pela linguagem. São histórias construídas na prática do cotidiano, na colaboração, nas experiências compartilhadas, na participação em atividades diversas, na tomada de decisões e no desenvolvimento das responsabilidades sociais e políticas. São relações sociais que se estabelecem, a partir das condições concretas de trabalho da época, situando suas vozes quanto

ao sentido e significado dado ao seu próprio trabalho e ao contexto histórico, político e econômico em que estavam inseridas.

Através das narrativas é possível construir relatos singulares, que se inter cruzam com as memórias coletivas. As histórias construídas na prática do cotidiano, na colaboração desses sujeitos, nas experiências compartilhadas, na participação em atividades diversas, na tomada de decisões e no desenvolvimento das responsabilidades sociais e políticas, podem produzir acontecimentos históricos, que serão consolidados e ampliados por essas narradoras particulares, que vão tecendo a história, desenhando as representações sociais.

Percebemos, portanto, que é possível pela escuta e análise das vozes desses sujeitos singulares, nesse caso as professoras colaboradoras desta pesquisa, entendermos o fio condutor para profissão docente, a partir do entendimento de problemas e perspectivas inscritas na formação e prática dessas docentes.

Pelo bordado das histórias de vida “destas professoras” constatamos que, através dos fios da memória é possível tecer o encontro entre o passado e o presente. Resgatar as suas vozes, na maioria das vezes, silenciadas pela história “oficial” da educação brasileira, é referendar que a escuta e escrita dessas histórias comuns, que não fazem parte dos tratados históricos, é necessário para conhecimento de suas importantes contribuições para o conhecimento de momentos significativos das trajetórias de formação e atuação de professoras leigas do Sertão paraibano, que não pode ser desconsiderado nas ações que se voltam para os problemas e perspectivas de um projeto de educação brasileira que se alicerça, sobretudo, pelos estudos de natureza histórica.

É preciso, portanto, resgatar essas narrativas singulares, para referendarmos a contribuição que o professor brasileiro, das mais diferentes regiões do país, tem prestado para o desenho de um modelo de educação nacional indispensável à educação cidadã, tão almejada por todos nós.

REFERÊNCIAS

ALCÁZAR I GARRIDO, J. del. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25/26, set. 1992.

ALENCAR, J. F. de. A professora “leiga”: um rosto de várias faces. *In*: THERRIEN, J.; DAMASCENO, M. N. (coord.). **Educação e Escola no Campo**. Campinas, SP: Papirus, 1993

ALMEIDA, J. S. de. **Mulher e Educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: UNESP, 1998.

ANDRADE, J. P. **Projeto Logos II na Paraíba**: Ingerências Políticas e implicações na sua proposta político-pedagógica. 1995. 195 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1995.

ARAÚJO, R. M. de S. **Escola Normal na Parahyba do Norte: movimento e constituição da formação de professores no século XIX**. 2010. 309 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

ASSUNÇÃO, M. S. **Magistério Primário e Cotidiano Escolar**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

BRASIL. **Professor Leigo**: institucionalizar ou erradicar. São Paulo: Cortez; Brasília, SENEb, 1990 (Cadernos SENEb, 3).

BURKE, P. (org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.

CENTRO DE ENSINO TÉCNICO DE BRASÍLIA (CETEB). **Logos II**: Série 26 – Técnicas de Preparação de Material Didático. Módulo 2. 4. ed. revista Brasília, 1986/1990.

CLANDININ, D. J.; CONNELLY, F. M. **Pesquisa narrativa**: experiência e história em pesquisa qualitativa. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEI/UFU. 2. ed. rev. Uberlândia, MG: EDUFU, 2011.

FREITAS, M. T. de A. **Memórias de Professoras**: História e Histórias. Juiz de Fora, MG: Ed. UFIF, 2000.

GHIRALDELLI JÚNIOR, P. **História da Educação**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2006.

GONÇALVES, J. A. M. A carreira das professoras do ensino primário. In: NÓVOA, António (org.). **Vidas de professores**. Lisboa: Porto Editora, 1992.

GONDIM, M. A. D. R. **O Projeto LOGOS II no Piauí**: uma análise de programas para formação do professor leigo de zona rural. 1982. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982.

GOUVEIA, C. T. G. de. **A proposta nos módulos do Projeto Logos II e a prática docente do professor-cursista em Rondônia**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, SP, 2019.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão [et al]. Campinas, SP: UNICAMP, 1998.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História oral**: como fazer, como pensar. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

MEIHY, J. C. S. B.; SEAWRIGHT. L. **Memórias e Narrativas**: história oral aplicada. São Paulo: Contexto, 2020.

PINHEIRO, A. C. F. **Da Era das Cadeiras Isoladas à Era dos Grupos Escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade São Francisco, 2002.

RODRIGUES, J. R. T. **Magistério Leigo Rural do Piauí**: Concepções e Práticas. 1985. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1985.

SAVIANI, D. **A Pedagogia no Brasil**: história e teoria. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

TANURI, L. M. História da Formação de Professores. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, 2000.

CRedit Author Statement

- Reconhecimentos**: Não aplicável.
 - Financiamento**: Não aplicável
 - Conflitos de interesse**: Os autores declaram que não há conflitos de interesse.
 - Aprovação ética**: Parecer-CPE-UFCG 6.035.150, de 22 de agosto de 2022.
 - Disponibilidade de dados e material**: Não aplicável.
 - Contribuições dos autores**: Alves, R. L. S.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, e revisão crítica de conteúdo intelectual importante; Sousa, J.W.A.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, e revisão crítica de conteúdo intelectual importante. Os autores leram e aprovaram a versão final do manuscrito.
-

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.
Revisão, formatação, normalização e tradução.

